

Novos pedidos somam US\$ 600 milhões

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

Um total de US\$ 600 milhões é o valor somado dos pedidos que deram entrada no Banco Central (BC), na semana passada, inaugurando a nova lista de pretendentes à conversão da dívida externa em investimento de risco dentro do País.

Esses pedidos dizem respeito à troca da dívida vinculada e começaram a chegar ao BC na segunda-feira passada, dia em que foi publicada no Diário Oficial a Circular nº 1.303, que fixa as regras da conversão para os compromissos que ainda vão vencer.

A fila para a conversão da dívida vinculada, com apenas uma semana de existência, já acumula praticamente um terço do valor dos pedidos que ingressaram no BC depois de 21 de julho passado (US\$ 1,7 bilhão), e cuja lista acabou sendo cancelada pela diretoria do BC, há dez dias.

As solicitações retornaram ao BC, agora dentro de regras já redigidas, e serão atendidas em função do seu lugar na fila. "Vamos levar em conta o dia e a hora em que esses pedidos foram recebidos", informou ontem o chefe do Departamento de Fiscalização e Registro de Capital Estrangeiro (Firce) do BC, Olímpio Lopes Ferreira de Almeida.

A partir desta terça-feira, dia 29 — quando se realiza na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro (BVRJ) o

primeiro leilão de deságios para a conversão da dívida vencida, em depósito na autoridade monetária —, o BC começa a avaliar os pedidos que tem em fila para a dívida a vencer. Já se sabe que, para efeito de registro de investimento, a dívida vinculada vai sofrer um desconto equivalente à média ponderada dos deságios apurados pelos leilões.

Além disso, o BC tem até julho para "limpar" a lista de pedidos de conversão, que será processada pela regra antiga, da Carta-Circular nº 1.125, que não sofre deságio dentro do País e só pode ser realizada pelo credor original. O chefe do Firce informou na sexta-feira que o BC havia autorizado a conversão para US\$ 236,7 milhões até o dia 15 de março (destes, US\$ 198 milhões haviam fechado câmbio naquele data).

Nessa lista, restam US\$ 570 milhões por autorizar e o BC está apressando os interessados a que coloquem toda a documentação em forma porque pretende dar cabo desse processo dentro do prazo previsto.

O interesse pela conversão, despertado no País desde outubro passado, quando o novo projeto foi aprovado pelo CMN, não se restringe apenas à sistemática que prevê a troca da dívida para investimento dentro do País. O diretor da Área Externa do BC, Arnim Lore, informou que cresce muito dentro do País a demanda pela conversão

da dívida em exportação. O próprio BC já recebeu solicitações de empresas interessadas nesse mecanismo que alcançam a cifra expressiva de US\$ 7 bilhões, entre elas um pedido da Sharp. A operação pode ser efetuada no exterior, através da intermediação de um banco credor.

O mecanismo é complexo, mas, grosso modo, pode ser resumido da seguinte forma: o banco credor recebe do importador de produtos brasileiros um valor menor pela exportação e paga ao exportador com títulos de crédito, abatendo assim a dívida externa do Brasil. Arnim Lore, no entanto, disse que essa grande demanda pela conver-

são da dívida em exportação não tem condições de ser atendida, por enquanto: "Este mecanismo ainda está em estudos no Banco Central".

No caso da conversão em investimento da dívida vinculada, o BC decidiu, conforme as regras já divulgadas, que fica valendo para efeito de registro do capital estrangeiro de risco junto ao Firce o desconto apurado pela média ponderada do último leilão efetuado antes da entrada do pedido na autoridade monetária.

Conforme Arnim Lore esclareceu, pedidos ingressados no dia da realização do leilão serão tratados, do ponto de vista do desconto, pela média ponderada do

deságio apurada naquele mesmo dia. Essa decisão representa uma evolução com respeito ao que o próprio BC chegou a imaginar, na fase em que a definição das regras da conversão estava em estudos. Havia, na ocasião, a intenção de simplesmente determinar que o BC não receberia propostas para a conversão da dívida vinculada no dia em que os leilões de deságios fossem realizados.

O diretor da Área Externa do BC tem tido a preocupação de enfatizar que os detalhes até aqui fixados nas circulares e cartas-circulares, que buscam orientar o processo da conversão em investimento, podem sofrer alterações.

"Precisamos ter a humildade de fazer as correções necessárias, tendo em vista o propósito de termos um plano perfeito de conversão", diz ele, lembrando que o importante no momento era colocar o processo em andamento e acabar com o impasse em torno do assunto.

A partir do momento em que o interessado na conversão, seja ela feita através de leilões, seja fora de leilões (caso da dívida a vencer), receber a autorização do BC, ele tem trinta dias para sacar os cruzados correspondentes à operação, que serão liberados à taxa cambial do dia. Caso não se manifeste dentro do prazo, o BC dará como extinto, automaticamente, o direito à conversão.

O Departamento de Câmbio (Decam) do BC, no entanto, deve regulamentar nos próximos dias uma modalidade especial de depósitos para investimento na autoridade monetária, de modo a atender um esquema para liberações de cruzados, em função de cronogramas de investimento. O chefe do Decam, Gilberto Nobre, explicou que este tipo de depósito ficará aberto, a disposição dos interessados que tenham tido a conversão autorizada, mas os saques dos cruzados estariam sujeitos a um controle. Este depósito não será remunerado. Apenas será corrigido pela variação cambial.